

1 Aos seis dias do mês de dezembro de 2018, às 9h, os membros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São
2 Francisco - CBHSF reuniram-se no Auditório do Hotel Dubai Suítes, na Rua Tupiniquins, 55, Bairro Melo, em Montes
3 Claros/Minas Gerais, para participarem da XXXV Plenária Ordinária do CBHSF. **Participaram os seguintes**
4 **membros titulares:** Nelson Cunha Guimarães, COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais; Heloísa
5 Cristina França Cavallieri Pedrosa, Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itabirito - SAAE Itabirito; Evanildo Pereira
6 de Lima, EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento; João Raphael Silva de Queiroz, COMPESA –
7 Companhia Pernambucana de Saneamento; João Gabriel Almeida, Companhia de Saneamento de Sergipe – DESO;
8 João Carlos de Melo, IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração; Deivid Lucas de Oliveira, FIEMG – Federação das
9 Indústrias do Estado de Minas Gerais; Jadir Silva de Oliveira, Associação das Indústrias Sucroenergéticas do Estado
10 de Minas Gerais; Adson Roberto Ribeiro, Associação da Bacia do São Pedro; Guilherme da Silva Oliveira, Federação
11 da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais – FAEMG; José Cisino Menezes Lopes, AIBA – Associação dos
12 Agricultores e Irrigantes da Bahia; Ednaldo de Castro Campos, AFAF – Associação dos Fruticultores da Adutora da
13 Fonte; Israel Barreto Cardoso, Associação dos Proprietários Condutores de Barcos da Ilha do Rodeadouro; Vilma
14 Martins Veloso, FEPAMG – Federação dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Minas Gerais; Luiz Alberto
15 Rodrigues Dourado, Associação dos Condutores de Visitantes do Morro do Chapéu; Arnaldo Alves da Silva, Colônia
16 dos Pescadores Z-39; José Maciel Nunes de Oliveira, FEPEAL – Federação dos Pescadores do Estado de Alagoas;
17 Altino Rodrigues Neto - Instituto Opará; Astácio Correia Neto, ASF – Associação Ambientalista do Alto São Francisco/
18 IRPAA; José Valter Alves - Associação Comunitária de Estiva II; Ronald de Carvalho Guerra – Instituto Guaicuy;
19 Johann Gnadlinger - Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada; Anivaldo de Miranda Pinto - Instituto
20 Ecoengenharia; Rosa Cecília Lima Santos - OSCATMA/Organização Sócio Cultural Amigos do Turismo e do Meio
21 Ambiente; Sílvia Freedman Ruas Durães – COMLAGO/Consórcio e Associação dos Municípios do Lago de Três
22 Marias; Almacks Luiz Silva, Consórcio de Desenvolvimento Sustentável da Diamantina; Márcio Tadeu Pedrosa,
23 ABES/MG – Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (compareceu apenas no dia 06/12/2018);
24 Julianeli Tolentino de Lima, Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF (compareceu apenas no dia
25 06/12/2018); Melchior Carlos do Nascimento, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e agronomia –
26 CREA/AL; Honey Gama Oliveira, OAB/SE – Ordem dos Advogados do Brasil; Sandra Maria da Silva Andrade,
27 CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas; Cícera Leal Cabral, Pankará; Lessandro Gabriel da
28 Costa, Prefeitura Municipal de Lagoa da Prata/MG; Roberto Carlos Rodrigues da Silva, Prefeitura Municipal de Três
29 Marias/MG; Mario Rosa Albuquerque, Prefeitura Municipal de Propriá/SE; Antônio Jackson Borges Lima, Prefeitura
30 Municipal de Penedo/AL; Olivier Ferreira das Chagas, Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de
31 Sergipe - SEMARH/SE (compareceu apenas dia 06/12/2018); Larissa Alves da Silva Rosa, MMA – Ministério do Meio
32 Ambiente e Renato Dalla Lana, MME – Ministério de Minas e Energia. **Participaram os seguintes membros**
33 **suplentes:** Cláudio Júlio Machado Mendonça Filho, DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe; João Batista
34 Araújo Silva, UNIVALE – Associação dos Produtores Rurais do Vale do Moxotó (no exercício da titularidade);
35 Heráclito Oliveira de Azevedo, Distrito de Irrigação do Projeto Continguiaba/Pindoba – DICOP (no exercício da
36 titularidade); William Bertozzi Dornas, Náutico Três Marias; Sonáli Cavalcanti de Oliveira, Companhia Hidrelétrica do
37 São Francisco - CHESF (no exercício da titularidade); Renato Junio Constâncio, Companhia Elétrica de Minas Gerais
38 – CEMIG (no exercício da titularidade); Adelson Toledo de Almeida, AMMESF – Associação dos Municípios da Bacia
39 do Médio São Francisco; Luiz Roberto Porto Farias, OAB/AL – Ordem dos Advogados do Brasil/Alagoas; Alan Neves
40 Fagundes, Prefeitura Municipal de Igarapé/BA (no exercício da titularidade); Marília de Carvalho de Melo, Secretaria
41 de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD/MG (no exercício da titularidade); Aderbal de
42 Castro Meira Filho - Secretaria de Meio Ambiente da Bahia/SEMA-BA (no exercício da titularidade); Pedro de Araújo
43 Lessa, SEMARH/SE – Secretaria de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (no exercício da titularidade
44 no dia 07/12/2018) e Athadeu Ferreira da Silva, – Ministério da Integração Nacional /Companhia de Desenvolvimento
45 dos Vales do São Francisco e Parnaíba-MI/CODEVASF (no exercício da titularidade). **Justificaram ausência:** João
46 Virgílio Felipe Lima, COMPESA – Companhia Pernambucana de Saneamento; José Roberto Valois Lobo, Companhia
47 de Saneamento de Alagoas – CASAL; Giovanna Henrique Sátiro Xenofonte, Centro de Assessoria e Apoio aos
48 Trabalhadores e Instituições Não Governamentais Alternativas – CAATINGA; Yvonilde Dantas Pinto Medeiros,
49 Universidade Federal da Bahia – UFBA; Manoel Uilton dos Santos, Tuxá – Rodelas; João Pedro da Silva Neto,
50 Prefeitura Municipal de Juazeiro/BA e Gustavo Silva Carvalho, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de
51 Alagoas – SEMARH/AL. **Participaram também:** Rúbia Santos Barbosa Mansur, Odorico P. Araújo, Ricardo Costa de
52 Oliveira, Ohany Ferreira, Thiago Campos, Jannyne Márcia A. Silva, Célia Fróes, Laura Rainoni e Diogo Oliveira -
53 Agência Peixe Vivo; Napoleão G. B. Filho – DESO; João Alberto O. Diniz – CPRM; Valmor Freddo e Rafael Rolim -
54 CPRM-CE; Janaína S. P. da Silva, Mauro Sigilião, Michele Nascimento e Márcio Ribeiro – CPRM/Rio de Janeiro;
55 Fernando A. Carneiro, Antônio Carlos S. Penna e Cláudia S. C. Almeida – CPRM/Belo Horizonte; Manoel Júlio –
56 CPRM; Levy Antônio de Castilho – PSL/Montes Claros; Reinaldo Landulfo – Câmara Federal; Odair Ferreira Oliveira

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SÃO FRANCISCO

ATA DA XXXV PLENÁRIA ORDINÁRIA REALIZADA NOS DIAS
06 e 07 DE DEZEMBRO DE 2018 – MONTES CLAROS/MG

57 – UFMT; Avelar D. Amorim – CBH Paranaíba; Anildes Lopes – SEMMS/Montes Claros; Thiago Aragão e Douglas F.
58 Wanderley – CHESF Núbia Primo; Rodrigo de Angelis, Amanda Eduarda; Mariana Martins e Ohana Padilha –
59 Comunicação CBHSF; Jackson Batista Teixeira – Apoio CBH Verde Grande; Mário Mantovani – SOS Mata Atlântica;
60 Flávia Simões e Fernando R. Oliveira – Agência Nacional de Águas/ANA; Maria Beatriz Ribeiro e Margarete Azevedo
61 – IEF; Livia N. Tinôco – MPF; Luciana Khoury – MP-BA; Alberto Fonseca – MP-AL; Silvano Ferreira, Samuel Maciel,
62 Fernando A. Fialho e Fernando Britto – CODEVASF; Rafael Alexandre Sá, Kamila Nunes e João Juliano –
63 LOCALMAQ; Lucélio Marinho – SAAE/Buritizero; Dalton S. – AHSFRA; Rodrigo Dhryll Santos, Dirceu Colares e
64 Maria Socorro M. A. Carvalho – CBH Verde Grande; José Neto – COPASA; Débora Mendes – CBHJQ1; Edson de O.
65 Vieira – UFMG; Alessandro Xavier Silva – Hotel Novo Horizonte; Geraldo Humberto – Vidas Áridas; Adair Divino da
66 Silva – Prefeitura de Três Marias; João Marques Lima – IGS; Lucas Souza Moura – SEMARM/SE; Renato Scalco –
67 CTIL/CBHSF; Luiz Pereira – CEMFAUNA; Artur Monteiro – FVA/CBHTA; Kilmara Ramos – IICA; Eduardo Gomes –
68 Instituto Grande Sertão; Glauber Vieira de Oliveira – INEMA; José Hermano – CBH Rio Pará; Renato Garcia –
69 UNIVASF; Fabiano Santos – INFONORTE; Wellington Aristides Veloso; Flávio Pimenta; Silvano Ferreira, Domênico
70 Morano; Lucas Colares; Antony E. Vieira; Cláudia S. C. Almeida e Ari Teixeira de Oliveira. Após atingir o quórum, a
71 pauta foi apresentada pelo cerimonial aos participantes e foi feita a composição da mesa com o Sr. Anivaldo Miranda,
72 presidente do CBHSF; Sr. Sóter Magno, Vereador de Montes Claros; Sr^a. Anildes Lopes Evangelista, Secretária de
73 Meio Ambiente de Montes Claros; Sr. Dirceu Colares, presidente do CBH Verde Grande; Sr. José Ponciano Neto,
74 Técnico em Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Copasa Regional Norte; Sr^a Flávia Simões, Especialista em
75 Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas; Kilmara Ramos, representante da coordenação do Instituto
76 Interamericano de Cooperação para Agricultura – IICA Brasil; Sr. José Maciel Oliveira, vice-presidente do CBHSF; Sr.
77 Lessandro Gabriel, secretário do CBHSF; Sr^a. Sílvia Freedman, coordenadora da Câmara Consultiva Regional (CCR)
78 do Alto São Francisco; Sr. Ednaldo Campos, coordenador da CCR do Médio São Francisco; Sr. Juliane Tolentino,
79 coordenador da CCR do Submédio São Francisco e o Sr. Honey Gama, coordenador da CCR do Baixo São
80 Francisco. Foi feito registro e agradecimento pela presença da Diretora do Instituto Mineiro de Gestão das Águas –
81 IGAM, Sr^a Marília Melo e pelas demais autoridades presentes. Na sequência, todos são convidados a ouvirem o Hino
82 Nacional. Após a execução do Hino, a palavra é franqueada ao presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda, que
83 cumprimenta a todos e informa que para esta Reunião Plenária foram convidados diversos nomes importantes para
84 debaterem e analisarem junto ao público as questões atuais sobre a gestão das águas na bacia do Rio São Francisco
85 e no Brasil. Diz que é um grande desafio construir uma gestão sustentável numa bacia que representa 7,5% do
86 território brasileiro e que, sobretudo faz um recorte na região semiárida, demandando assim um tratamento
87 diferenciado devido sua própria especificidade. Ressalta que é necessário trabalhar um projeto nacional para o
88 semiárido, que mesmo sofrendo com a escassez hídrica, esbanja em energia solar, recursos minerais, biodiversidade
89 no contexto da Caatinga e resiliência no que diz respeito à adaptação ao aquecimento global. Na oportunidade,
90 informa que em 2017 houve a criação do CBH Rio Paranaíba e que nesta Plenária será assinado um termo de
91 cooperação com este Comitê, contando com a presença de seu presidente, para que junto do CBHSF possam
92 trabalhar para demonstrar que o semiárido é uma área viável de atuação. Fazendo um balanço do ano de 2018,
93 Anivaldo de Miranda ressalta que foi um ano de muito trabalho do Comitê e que finalmente fora aprovada a
94 atualização dos valores da cobrança pelo uso da água. Destaca a forma democrática e construtiva na qual o processo
95 passou pela CTOC até chegar ao Conselho Nacional de Meio Ambiente. Destaca também que os usuários
96 compreenderam a necessidade de se fazer um uso racional da água e estão se esforçando para incorporar novas
97 tecnologias para um melhor tratamento da água. Informa que o Comitê tem cumprido com o seu PAP por meio das
98 suas CCR's e ressalta que hoje em dia o CBHSF é o maior investidor em Planos Municipais de Saneamento Básico.
99 Informa também que o Comitê está contando com o apoio do Ministério Público Federal no contato com os municípios
100 contemplados, para que os Planos sejam transformados em Lei conforme compromisso firmado na fase inicial.
101 Destaca que Lagoa da Prata/MG é um exemplo de município que conseguiu avançar nesse processo, já que logo
102 após o recebimento do Plano de Saneamento as novas regras para o Saneamento da cidade foram sendo cumpridas,
103 se tornando referência nacional nesse sentido. Na sequência, Anivaldo de Miranda ressalta que o Comitê precisa
104 acelerar a aplicação dos recursos da cobrança e, nesse sentido, o CBHSF está estreitando laços com alguns
105 organismos internacionais como a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) e o IICA
106 (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura) para tentar por em práticas projetos que compreendam
107 melhorias na agricultura e alimentação, bem como uma melhor capacitação de irrigantes para o uso racional da água.
108 Informa que também será assinado um termo de cooperação com o CBH Rio Paracatu, que tem apresentado
109 cenários de estiagem crítica ao longo dos últimos anos e tal termo irá estreitar a relação entre os dois comitês para
110 que possam avançar nas ações conjuntas. Informa, ainda, que o CBHSF tem se aproximado do Conselho Gestor da
111 Transposição do Rio São Francisco. Reitera que o Comitê sempre foi crítico em relação ao projeto de transposição,
112 mas que diante dos grandes investimentos que tem sido feitos na região é preciso atrair os Estados da Paraíba,
113 Ceará e Rio Grande do Norte para as discussões que giram em torno do programa de revitalização da bacia do Rio

114 São Francisco. Na sequência, Anivaldo de Miranda informa sobre o Programa Nacional de Conversão de Multas do
115 IBAMA, em que, via edital, a entidade qualificou várias organizações, fundações e OSCIPS para a criação de um
116 grande programa de recarga de aquíferos em regiões estratégicas. Atenta para as ameaças à continuidade do
117 Programa em função da nova administração federal, pois, há quem diga que apoiadores do novo governo não o vê
118 com bons olhos, o que reafirma a necessidade de maior atenção do Comitê nesse sentido. Informa que o CBHSF
119 finalmente criou sua Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, que iniciará suas atividades em 2019. Ressalta que,
120 para compor a Câmara, foram chamados diversos especialistas no assunto indicados por membros do Comitê.
121 Ressalta, ainda, que o CBHSF participou do Simpósio Nacional de Águas Subterrâneas e que tem se estreitado laços
122 com a Associação Brasileira de Águas Subterrâneas, sobretudo com a regional de Minas Gerais. No que diz respeito
123 ao Pacto das Águas, Anivaldo de Miranda informa que já foram feitos protocolos de intenções com os Governos da
124 Bahia e de Minas Gerais para o próximo ano. Informa que para 2019 está prevista uma agilidade na capacidade de
125 aplicação dos recursos, sobretudo com possibilidade de parcerias com fundações, universidades e outras entidades,
126 a fim de desafogar o trabalho da Agência Peixe Vivo que está no seu limite de contratação de elaboração e execução
127 de projetos. Anuncia que em 2019 pretende-se unir as prefeituras que estreitaram relações com o Comitê para um
128 momento de capacitação onde serão orientadas a buscarem novas fontes de financiamento e recursos. Informa que o
129 vice-presidente do CBHSF, Maciel Oliveira, esteve na Paraíba para participação no Fórum Paraibano de Comitês de
130 Bacia onde falou sobre entidades delegatárias e as experiências do Comitê. Reitera que, a partir da participação no
131 Fórum, o CBHSF se mantém como referência nesse aspecto. Informa, também, que na presente reunião Plenária
132 haverá fala de representante do Comitê Tarumã-Açu sobre como é fazer parte de um dos dois únicos comitês de
133 bacia na Amazônia e os problemas enfrentados na gestão de recursos hídricos de uma região tão importante para o
134 Brasil. Finaliza sua fala alertando para a necessidade de fortalecer o Sistema Nacional de Recursos Hídricos e que na
135 nova administração federal o diálogo permaneça e se invista mais em ciência, tecnologia e pesquisa. Agradece aos
136 membros da mesa enaltecendo a diversidade de representações que ali estão presentes. Na sequência abre
137 oficialmente a 35ª Reunião Plenária Ordinária do CBHSF. Em seguida, o cerimonialista informa que será entregue a
138 Medalha Velho Chico, uma homenagem do CBHSF a alguns atores fundamentais que vêm desenvolvendo um
139 trabalho de excelência junto ao Comitê e à Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. O Sr. Adair Divino (Bem-te-vi),
140 Prefeito de Três de Marias, foi homenageado representando o Alto São Francisco. O homenageado cumprimenta a
141 todos e diz que é um orgulho muito grande receber a honraria, sobretudo por já ter participado do Comitê. Exalta a
142 figura do Comitê como referência no Brasil inteiro e deseja que no ano de 2019 se tenha grandes avanços na
143 revitalização da bacia do São Francisco. Finaliza agradecendo a coordenadora da CCR Alto SF, Sílvia Friedman, por
144 ter sido seu braço direito enquanto trabalharam juntos. Representando o Médio São Francisco, o Sr. Paulo Araujo
145 (Paulão), músico, poeta e militante nas causas em defesa do Rio São Francisco, foi homenageado e inicia seu
146 discurso cantando a música "Morão di Privintina". Relata sua vivência e paixão pelas águas e pela música desde a
147 infância e agradece o CBHSF e aqueles que conheceu durante sua militância pela homenagem. Finaliza cantando "I-
148 margem", música de sua autoria que integrou a trilha sonora da novela "Velho Chico" da Rede Globo. Na sequência,
149 o Sr. Israel Barreto, representante do setor hidroviário e, representando o Submédio São Francisco, recebe a
150 medalha Velho Chico e diz estar emocionado com a homenagem recebida. Finaliza agradecendo a todos os
151 membros do Comitê e especialmente à diretoria pelo trabalho que está sendo executado. Em seguida, Dr^a. Lívia
152 Tinoco recebe a homenagem. Procuradora da República e representante do Baixo São Francisco, a homenageada
153 diz estar emocionada com o recebimento da medalha e que é gratificante poder participar de um evento onde pode
154 encontrar diversas pessoas lutando pelo mesmo objetivo. Diz, ainda, que compartilha a medalha com o Ministério
155 Público Federal e os outros promotores ligados a Fiscalização Preventiva e Integrada – FPI. Relata seu primeiro
156 contato com o Rio São Francisco ao atravessar a ponte entre Juazeiro/BA e Petrolina/PE e que de imediato passou a
157 respeitar e nutrir carinho pelo rio. Ressalta a importância de se respeitar a bacia e, sobretudo os povos tradicionais
158 que vivem nela. Finalizada recitando um soneto feito por seu pai sobre o Rio São Francisco e agradece ao Comitê
159 pela concessão da medalha. Iniciando as homenagens especiais, a gerente do departamento de recursos hídricos da
160 CHESF, Sr^a. Sonáli Cavalcanti, recebe a medalha Velho Chico e diz estar emocionada em receber a honraria. Diz,
161 também, que é gratificante trabalhar numa empresa que produz uma matéria nobre, que é a energia, sobretudo por
162 essa geração se dar pelas águas do Rio São Francisco. Agradece ao Comitê e divide a homenagem com todo o
163 departamento de recursos hídricos da CHESF e com os funcionários de outras áreas da empresa. Na sequência, o
164 Sr. Mário Mantovani, diretor da Fundação S.O.S. Mata Atlântica é agraciado com a medalha Velho Chico. Diz que é
165 um reconhecimento da luta da sociedade pelos rios e que é necessário continuar construindo cidadania por meio das
166 águas. Relata sobre o processo de criação dos consórcios e comitês de bacia pelo Brasil e seus principais desafios.
167 Finaliza agradecendo pela homenagem e desejando que a sociedade, sobretudo os mais pobres, não continue
168 pagando caro pela desvalorização da gestão das águas. O Presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda, justifica a
169 ausência do Sr. Vicente Andreu, um dos homenageados, que não pode comparecer à solenidade. Informa que em
170 momento oportuno a medalha será entregue a ele. Na sequência, é assinado o Protocolo de Intenções com o CBH

171 Rio Parnaíba na presença do presidente deste Comitê, Sr. Avelar Damasceno, do presidente do CBHSF, Sr.
172 Anivaldo de Miranda e da Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, Sr^a. Célia Fróes. Na oportunidade, Avelar
173 Damasceno agradece o apoio do CBHSF em nome do Comitê do Rio Parnaíba e ressalta a importância dessa aliança
174 para potencializar a gestão ambiental e hídrica da bacia. Explica que o CBH Rio Parnaíba é composto por
175 representantes do estado do Piauí, Maranhão e Ceará, abrangendo uma área de 330 mil quilômetros quadrados.
176 Reafirma a importância do CBHSF se aproximar do CBH Rio Parnaíba e diz ser possível aperfeiçoar ainda mais os
177 modelos de gestão de bacia atuais. Em seguida, o Protocolo de Intenções com o CBH Verde Grande também fora
178 assinado, contando com as assinaturas do seu presidente, Sr. Dirceu Colares, do presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo
179 de Miranda e da Diretora Geral da Agência Peixe Vivo, Sr^a. Célia Fróes. Dirceu Colares dá boas vindas em nome dos
180 montes-clarenses e diz que é uma grande honra o CBHSF estar reunido em sua cidade natal. Demonstra sua
181 felicidade e gratidão em firmar esse compromisso com o CBHSF e Agência Peixe Vivo e que sobretudo a parceria
182 será de grande valia para aperfeiçoar a relação entre água e produtor rural. Informa que à noite haverá uma
183 apresentação do Grupo Banzé que tem o Vale do São Francisco com uma de suas referências para os shows que
184 realizam na região e fora do país. Em seguida, é assinado o Termo de Cooperação Técnica celebrado entre CBHSF,
185 Agência Peixe Vivo e CEMIG para execução do projeto denominado “Integridade Ecológica de Lagoas Marginais do
186 rio São Francisco de Minas Gerais integrada com a Operação Otimizada da Usina Hidrelétrica de Três Marias” a ser
187 executado no trecho mineiro do Rio São Francisco, localizado entre a barragem da Usina Hidrelétrica de Três Marias
188 e as cidades de Manga e Matias Cardoso. Assinaram o Sr. Anivaldo de Miranda em nome do CBHSF, Sr^a. Célia
189 Fróes pela Agência Peixe Vivo e Marcelo de Deus, gerente de planejamento energético da CEMIG. Este agradece
190 pela realização da solenidade e reitera que a recuperação dessas lagoas não é algo vantajoso somente para a
191 sociedade, mas também para o próprio setor elétrico. Diz que todo o processo vai ser embasado técnica e
192 cientificamente e que futuramente haverá um convívio harmonioso entre os atores que usufruem da lagoa,
193 entendendo que ela é fundamental para a volta do peixe no Rio São Francisco. Finaliza afirmando que há uma
194 expectativa muito grande da CEMIG e de outras instituições acerca do projeto e que certamente o Comitê receberá
195 prêmios a nível internacional pela sua excelência. Na sequência, o secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel, retoma
196 a condução dos trabalhos e coloca em discussão e votação a ata da XXXIV Plenária Ordinária do CBHSF, realizada
197 em 17 e 18 de Maio de 2018, em Lagoa da Prata/MG. O conselheiro Johann Gnadlinger elogia o texto da ata e
198 parabeniza a Agência Peixe Vivo pela precisão das informações. Após comentários e sugestões de alteração, a ata
199 foi aprovada com cinco abstenções. Ato contínuo, Anivaldo de Miranda informa sobre a demissão de dois dos quatro
200 diretores da Agência Peixe Vivo e que num primeiro momento houve toda uma preocupação da DIREC em saber dos
201 detalhes e buscar esclarecimentos. Afirma que não houve uma consulta ao Comitê sobre as demissões e nem uma
202 notificação oficial da Agência sobre as mudanças que iriam ocorrer na sua estrutura. Afirma, também, que foi feito
203 contato a todo o momento com os coordenadores da CCR para alinhamento das discussões para que os membros do
204 Comitê se inteirassem dos fatos. Informa que inicialmente pensou-se na rescisão do contrato com a Agência
205 Delegatária, mas que seria uma contradição resolver as coisas dessa forma. Informa, ainda, que os conselheiros
206 receberam todos os documentos oficiais que tangem esse processo, desde o relatório do GAGC à resposta da
207 Agência Peixe Vivo diante das colocações que foram apontadas. Fora enviado também um Ofício de resposta à nota
208 sobre as demissões, solicitando que as mesmas fossem desfeitas e sugerindo que o diálogo fosse priorizado para a
209 solução dos conflitos existentes. Reitera que anterior às demissões nunca houve dificuldade de diálogo por parte da
210 Comitê e sobretudo de seu presidente e que foi causado um constrangimento desnecessário pela forma que o
211 processo fora conduzido. Na oportunidade, Anivaldo de Miranda informa sobre reunião convocada pela Agência
212 Nacional de Águas para uma melhor explicação sobre a nova estrutura da Agência Peixe Vivo. Informa, também, que
213 a reunião contou com a presença de membros da DIREC do CBHSF, da Diretora da Agência Peixe Vivo, Célia Fróes,
214 do presidente do Conselho de Administração da Agência Peixe Vivo, Odorico Pereira e do coordenador da CTIL do
215 CBHSF, Luiz Roberto Porto Farias. Diz que novas explicações foram dadas pela Agência Peixe Vivo e que a entidade
216 esclareceu que está fazendo um novo projeto de reorganização para atender melhor os Comitês. Diz, ainda, que a
217 demissão da Diretora de Integração e do Diretor Técnico se deu por problemas da ordem de desempenho pessoal
218 que ocasionava conflitos de relacionamento do ponto de vista hierárquico e também por questões financeiras, já que
219 o salário e benefícios dos dois diretores eram equivalentes a 40% das despesas do custeio da Agência. Ressalta que
220 a Agência Peixe Vivo deverá apresentar a nova estrutura da entidade em 31 de Janeiro de 2019 durante sua
221 Assembleia Geral. Explica que a desestabilização inicial, após tomar conhecimento dos fatos, se deve à Agência
222 Peixe Vivo não ter feito o anúncio das mudanças de maneira correta, mas que a partir de então o CBHSF se encontra
223 na expectativa de seguir o contrato conforme for visto na prática as melhorias previstas no atendimento ao Comitê.
224 Reafirma que não se identifica com as explicações que foram dadas, mas que respeita a decisão da Agência e
225 sobretudo a soberania de seu Conselho de Administração para tomar tais decisões. Critica o texto do Ofício que fora
226 enviado aos membros do Comitê, mas diz que os esclarecimentos posteriores conseguiram elucidar a situação. Firma
227 o compromisso de que a Agência deverá deixar o plenário ciente de cada passo do processo de reestruturação e

228 caberá ao membros acompanharem todas as modificações. Finaliza informando que, de acordo com as novas
229 alterações do Contrato de Gestão, haverá semestralmente uma reunião conjunta entre a Diretoria da Agência Peixe
230 Vivo, seu Conselho de Administração e o GACG. O conselheiro Pedro Lessa relembra o edital de contratação de
231 entidade delegatária e afirma que um dos fatores primordiais para a escolha da Agência Peixe Vivo foi o currículo de
232 um dos diretores demitidos. Diz que a Agência deverá fazer uma substituição à altura para seguir o contrato de
233 acordo com o corpo técnico apresentado na fase de contratação. O conselheiro e coordenador do GACG, Luiz
234 Dourado, informa que, diante do Ofício de resposta da Agência Peixe Vivo ao relatório do GACG, este grupo entende
235 que não é uma de suas atribuições a fiscalização da DIREC de acordo com a DN CBHSF 98/2017 2017. Informa,
236 ainda, que com base na Lei Federal nº 10.881/2004 no seu Artigo 2º e inciso VIII, a entidade delegatária tem função
237 de dar todo o apoio e suporte administrativo, operacional, técnico e financeiro ao Comitê e enquanto principal cliente,
238 o CBHSF, na figura do GACG, irá se debruçar na avaliação dos indicadores que atestam o atendimento das cláusulas
239 do contrato para responder oficialmente o Ofício 218/2018 da Agência Peixe Vivo. Com a palavra, Flávia Simões,
240 representante da Agência Nacional de Águas, afirma que a ANA tem clareza sobre os papéis que cada ente tem
241 nesse contrato e que a situação foi favorável para que cada um deles pudesse fazer uma autocrítica. Afirma que o
242 recurso para custeio da Agência Peixe Vivo é limitado e que isso também limita a capacidade da entidade em gerir
243 projetos. Sugere que o Comitê pense em ações mais estratégicas, evitando a pulverização dos recursos e a
244 aprovação de centenas de projetos que não dão visibilidade ao Comitê. Reitera que a arrecadação direcionada à
245 Agência não é capaz de atender uma bacia de 650 mil quilômetros quadrados e que possivelmente a ANA não
246 conseguirá apoiar à Agência Peixe Vivo com o suporte anual que vem sendo feito ao longo do contrato. Atenta para
247 os tempos difíceis que virão e que o Comitê deverá pensar em formas de economia, seja pela realização de reuniões
248 por videoconferências entre outras ações que atendam as boas práticas recomendadas pela ANA. Na sequência, o
249 Vice-Presidente do CBHSF, José Maciel de Oliveira, informa sobre solicitação de inclusão de dois itens de pauta em
250 caráter de urgência. Diz que as solicitações são referentes à Deliberação que defere recurso da Associação dos
251 Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó UNIVALE e à Deliberação que dispõe sobre as parcerias entre o
252 CBHSF e as organizações da sociedade civil. Explica que o texto desta última não ficou pronto antes do prazo
253 previsto no Regimento Interno do Comitê, mas que a DIREX a considera de extrema importância. O secretário da
254 CTIL, Renato Scalco, informa que a demanda fora repassada à CTIL em cima da hora e que a deliberação visa à
255 contratação de instituições do terceiro setor e sobretudo de ensino e pesquisa para que o Comitê possa aproveitar de
256 seu conhecimento e expertise por meio de contratações específicas regulamentadas pela legislação federal. Diz que
257 tal contratação visa suprir a ausência e/ou morosidade de implementação das ações do Comitê e que na deliberação
258 há instrumentos próprios e bastante rígidos de controle para analisar as formas de contratação, prestação de contas,
259 empenho de recursos e entrega de produtos por parte de instituições com esse perfil. Após discussões, a proposta de
260 inclusão de item de pauta foi aprovada com 29 votos a favor e 14 abstenções. Em seguida, Maciel Oliveira passa
261 para o ponto de pauta da discussão da deliberação que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Câmaras
262 Consultivas Regionais do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”. Com a palavra, Renato Scalco,
263 secretário da CTIL, explica a necessidade de aprovação da Deliberação e apresenta os principais ajustes realizados
264 no texto do documento. Na oportunidade, alguns membros das CCR’s afirmam que não houve uma discussão prévia
265 sobre a Deliberação no âmbito das Câmaras e solicitam que este item seja retirado de pauta. Diante dos pedidos
266 realizados, o vice-presidente do CBHSF, Maciel Oliveira, coloca em votação a permanência das discussões sobre a
267 Deliberação ou a sua retirada de pauta. A retirada do item de pauta foi aprovada com 22 votos favoráveis, 2
268 abstenções e 15 votos contrários. Maciel Oliveira reitera o compromisso das CCR’s de apreciarem o texto da
269 Deliberação para que ela possa finalmente ser votada na próxima plenária. Na sequência, passa para o ponto de
270 pauta da discussão da Deliberação que “Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Câmaras Técnicas do
271 Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco”. Ato contínuo, Renato Scalco informa que a Deliberação vem
272 para redefinir e disciplinar a organização e o funcionamento das CT’s do CBHSF à luz do seu Regimento Interno
273 vigente e apresenta os principais pontos do texto. O conselheiro Deivid Oliveira manifestou sua preocupação
274 referente o § 3º do Art. 3º que diz que “A composição final das Câmaras será definida pela DIREC, a partir de
275 manifestação de interesse dos membros titulares do CBHSF e de rios Afluentes”. Explica que a composição final das
276 CT’s deveria ser definida pelo plenário do CBHSF já que o mesmo é soberano. O presidente Anivaldo defendeu a
277 proposta original alegando que durante o ano são realizadas apenas 02 plenárias e que não havendo o referendo da
278 composição pelo plenário, seriam criados gargalos que dificultariam o processo. Após discussão e sugestões de
279 melhoria na redação, a Deliberação foi aprovada pelo plenário com 36 votos a favor e 3 abstenções. Ato contínuo,
280 Maciel Oliveira passa para o ponto de pauta da discussão da deliberação que “Aprova o calendário de atividades do
281 CBHSF para 2019”. Após melhoria na redação, a Deliberação foi aprovada pelo plenário por unanimidade. Na
282 sequência, o vice-presidente do CBHSF convida o Sr. Fernando Oliveira, coordenador de Águas Subterrâneas da
283 ANA, para fazer a apresentação sobre “Estudos para a implementação da gestão integrada de águas superficiais e
284 subterrâneas na bacia hidrográfica do rio São Francisco: sub-bacias dos rios Verde Grande e Carinhonha”. O

285 representante da ANA informa que há dois anos tem-se trabalhado com o aquífero Urucuia já tendo sido investido 6
286 milhões de reais em estudos e ações. Diz que obtiveram resultados significativos quanto ao escoamento de base do
287 aquífero que contribui com 80% da vazão de alguns afluentes do Rio São Francisco, o que faz com que estes cursos
288 d'água continuem perenes no período de estiagem. Destaca que a ANA não tem tutela sobre águas subterrâneas,
289 mas que a responsabilidade sobre os recursos hídricos se torna conjunta, devido à contribuição para o escoamento
290 de base, ressaltando assim a necessidade de fortalecer as articulações com os estados, sobretudo Minas Gerais e
291 Bahia. Informa que a ANA tem uma agenda de gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneas, com
292 base no Programa Nacional de Águas Subterrâneas e que esta agenda é voltada para implementar os planos de
293 bacia e estabelecer redes de monitoramento e mapeamento dos rios que têm importante contribuição pelo
294 escoamento de base. Ressalta que dos investimentos que são feitos em todo Brasil, a bacia do Rio São Francisco é
295 uma das mais contempladas onde há a destinação de cerca de 16 milhões de reais relativos a investimentos em
296 pesquisa e ações. Informa que há parceria com hidrólogos da Universidade Federal de Viçosa para definir
297 metodologias, a partir de estações fluviométricas, que disponibilizem dados sobre aquela área indicando qual a
298 contribuição para o escoamento de base. Destaca que tais informações poderão ser acessadas futuramente e
299 auxiliarão os órgãos gestores na avaliação de outorgas. Na sequência, Fernando Oliveira fala sobre o ciclo
300 hidrológico e sua relação com o escoamento de base. Explica que o escoamento depende diretamente de melhores
301 condições de infiltração e de um manejo agrícola adequado. Informa que atualmente há três grandes estudos sendo
302 realizados em parceria com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM e que o maior deles diz
303 respeito à gestão integrada nas bacias do Rio Caririnha e Rio Verde Grande. Fala que para a bacia do Rio Caririnha
304 há uma meta do Programa Nacional de Recursos Hídricos para efetivação de um projeto piloto de gestão integrada
305 de águas subterrâneas e superficiais e que para a bacia do Rio Verde Grande está previsto a implementação do seu
306 plano de bacia. Apresenta os prazos e produtos que deverão ser entregues a partir desse estudo e informa que o
307 acompanhamento dos estudos e dos trabalhos de campo, avaliação dos produtos e reuniões bimestrais ficarão a
308 cargo da CTAF - Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, composta pela ANA, órgãos gestores, universidades
309 e comitês de bacia. Explica que o objetivo principal do estudo é o entendimento do comportamento das dinâmicas
310 hídricas locais de forma a nortear a gestão integrada e compartilhada dos recursos hídricos superficiais e
311 subterrâneos. Apresenta contexto e características geológicas e hidrogeológicas dos aquíferos Urucuia na bacia do
312 Caririnha e Cárstico/Fissurocárstico na bacia do Verde Grande e finaliza contextualizando a bacia do Verde Grande,
313 explicando que na região há grandes quantidades de poços de pequenas e grandes vazões, bem como grandes
314 demandas para produção agrícola e irrigação, ocasionando conflitos pelo uso da água em algumas situações. Na
315 sequência, João Alberto Diniz, Coordenador da Divisão de Hidrogeologia e Exploração da CPRM, complementa a
316 apresentação do representante da ANA a partir dos trabalhos realizados pela Companhia. Explana sobre o histórico
317 da CPRM, bem como sua visão e missão. Explica que a área de ocorrência geologicamente conhecida como Bacia
318 Sanfranciscana constitui sua última zona de recarga efetiva, sendo as vazões de base de seus rios afluentes
319 mantidas pela liberação das águas subterrâneas do Grupo Urucuia, principal unidade hidrogeológica regional. Explica
320 também que os aquíferos Urucuia se constitui, assim, como um sistema hídrico de extrema importância para o país,
321 com diversos usos. Diz que um sistema hídrico se configura como um meio físico no qual é possível se constatar uma
322 interdependência absoluta entre variáveis climáticas, meteorológicas e hidrológicas, o que inclui águas superficiais e
323 subterrâneas, considerando seu uso e preservação. Aponta as principais características das bacias dos rios
324 Caririnha e Verde Grande e suas principais especificidades. Apresenta as áreas de trabalho nas duas bacias e diz
325 que o estudo parte da premissa de que o uso desordenado e sem controle dos recursos hídricos totais (superficiais e
326 subterrâneos), juntamente com os aspectos de mudanças e variações no clima, trarão reflexos indesejáveis na bacia
327 hidrográfica do rio São Francisco. Apresenta também os conceitos de geologia, hidrologia, hidrogeologia e gestão
328 territorial e finaliza explicando que para o sucesso da gestão e gerenciamento integrado e sustentável dos recursos
329 hídricos, torna-se necessário o conhecimento desses conceitos, do comportamento do ciclo hidrológico local, do uso
330 e ocupação do solo, da vulnerabilidade natural dos aquíferos e da implantação de um programa de monitoramento
331 sistemático, bem como o conhecimento das inter-relações águas superficiais/águas subterrâneas. Ato contínuo, o
332 vice-presidente do CBHSF convida o Sr. Luiz César, professor da UNIVASF, para fazer a apresentação sobre o
333 Centro de Conservação e Manejo de Fauna da Caatinga. Luiz César inicia a apresentação falando sobre o Projeto de
334 Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) e explica que seu objetivo
335 é o de promover o equilíbrio de oportunidades do desenvolvimento sustentável para a população residente na região
336 semiárida. Apresenta a estrutura física do Projeto e as intervenções realizadas até então. Explica sobre um dos
337 programas do Projeto que consiste na conservação da fauna e da flora e adentra no Subprograma de Resgate da
338 Fauna Silvestre. Informa que antecedente às obras do Projeto, houve o afugentamento e a supressão vegetal das
339 áreas para que o resgate de fauna pudesse ser realizado. Explica como se dá o processo de captura dos animais
340 bem como o tratamento em cativeiro e a destinação dos mesmos de acordo com a ocasião. Apresenta a estrutura
341 móvel dos Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS e Centro de Manejo de Fauna da Caatinga –

342 CEMAFAUNA. Explica que o CEMAFAUNA é a sede do grupo de pesquisa de mesmo nome e conta com
343 participação de professores pesquisadores da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) e de
344 outras instituições brasileiras e estrangeiras, cujos projetos têm o apoio financeiro do Ministério da Integração
345 Nacional, CNPq e outras fontes. Informa que os animais presentes na sede são levados pela Polícia Federal, Corpo
346 de Bombeiros, IBAMA, Ministério Público na figurada FPI e outras instituições a partir de ações de fiscalização.
347 Informa também que de Junho de 2008 a Abril de 2018 foram resgatados cerca de 160 mil animais e apresenta as
348 formas de resgate usadas na captura. Explica que após o enchimento dos reservatórios foram observados diversas
349 mudanças no comportamento da fauna, como, por exemplo, o aparecimento de novas espécies na região devido o
350 uso de tais reservatórios como ponto de parada pelas aves migratórias. Apresenta os impactos gerados pela
351 intervenção como o atropelamento de animais e aumento na observação de espécies generalistas comparado às
352 espécies endêmicas e informa sobre os planos de monitoramento vigentes para minimização desses impactos.
353 Apresenta, também, a proposta de criação do Refúgio de Vida Silvestre “Serras Caatingueiras, Salgueiro e Cabrobó”
354 a ser instituída na região e seus principais benefícios se implantada e finaliza informando que hoje, parte da caatinga
355 brasileira na região do PISF, está condicionada a recuperação e conservação do Cerrado, este associado ao Rio São
356 Francisco. Na sequência, o vice-presidente do CBHSF convida o Sr. Renato Garcia, professor da UNIVASF e
357 coordenador do Núcleo de Ecologia e Monitoramento Ambiental - NEMA, para fazer a apresentação sobre
358 biodiversidade, infraestrutura e desafios para conservação da Caatinga. O professor apresenta a distribuição da
359 Caatinga pelo Brasil, além de suas características principais e a porção do Rio São Francisco pertencente ao bioma.
360 Diz que existem grandes obras de infraestrutura nessa região como o PISF e a ferrovia Transnordestina e por esse
361 motivo recebe bons investimentos financeiros. Diz, ainda, que a partir da construção dessas obras, a área se
362 apresenta suscetível às grandes transformações sociais, ambientais, econômicas, fundiárias e agrícolas, sejam elas
363 positivas ou negativas. Apresenta o status da cobertura vegetal na Caatinga, onde 60% de sua área apresentam
364 vegetação com vários níveis de degradação. Ressalta a importância da responsabilidade do IBAMA sobre o
365 licenciamento do PISF, já que foram aplicadas diversas condicionantes que fortaleceram o trabalho da UNIVASF, a
366 partir da construção de um setor inteiro da universidade com recursos do Ministério da Integração Nacional. Informa
367 que a UNIVASF executa sete condicionantes, entre elas a criação do NEMA e do CEMAFAUNA. Diz que o NEMA
368 executa desde 2008 a conservação de fauna e flora junto com o CEMAFAUNA e também a recuperação de áreas
369 degradadas, além de um programa com os assentamentos da região. Diz ainda que o NEMA tem por objetivo o
370 auxílio no monitoramento dos impactos de uma grande obra hídrica com efeitos diretos no Rio São Francisco e que
371 hoje tanto o Núcleo quanto o Centro de Estudos correspondem a 50% das bolsas de iniciação científica da
372 universidade. Informa que o NEMA monitora uma área de 6.000.000 de hectares, incluindo toda a área do PISF, na
373 busca por espécies vegetais. Diz que em 2002 estudos apontavam um levantamento total de 932 espécies existentes
374 na Caatinga, mas que no ano de 2014 esse número aumentou para 1.714. Afirma que na região do PISF já foram
375 catalogadas 1.350 espécies nativas e ressalta o quão diverso é o bioma da Caatinga e a necessidade de continuar
376 investindo em estudos da biodiversidade na região. Informa que 16.000 exemplares de plantas já foram coletadas
377 para análise, tendo sido detalhadas 1.350 delas e descobertas 5 novas espécies. Informa, ainda, que 14.000
378 exemplares foram enviados para herbários brasileiros e do exterior o que reforça a importância do bioma. Diz que um
379 maior conhecimento da Caatinga auxilia num maior monitoramento dos impactos da obra e que a partir das ações do
380 NEMA foram criados processos de monitoramento do desmatamento a longo prazo e um protocolo de avaliação
381 regional dos impactos diretos e indiretos causados pela obra. Diz ainda que atualmente há o cultivo de espécies
382 próprias para recomposição vegetal da região e apresenta imagens do antes e depois das áreas que estão em
383 processo de recuperação. Diz também que sementes são distribuídas de forma gratuita para as prefeituras, ONG's,
384 associações e assentamentos para produção de mudas nativas. Finaliza afirmando que, após o início das obras, a
385 fragmentação da Caatinga aumentou, mas que o desmatamento causado por ela não foi superior à média do que se
386 desmata no bioma. Em seguida, Maciel Oliveira explica que a apresentação do Sr. Altair Barbosa sobre o Cerrado foi
387 retirada de pauta já que não foi possível o contato com o mesmo para participação na reunião Plenária. Para finalizar
388 as atividades do primeiro dia de reunião, o Grupo Folclórico Banzé de Montes Claros realizou uma apresentação
389 artística. No dia 07 de dezembro de 2018, às 9h iniciou-se o segundo dia de reunião. Na abertura dos trabalhos, o
390 secretário do CBHSF, Lessandro Gabriel, faz a leitura da pauta e convida o Sr. Fernando Fialho Sena, chefe de
391 gabinete da Superintendência Regional da CODEVASF em Minas Gerais, para fazer a apresentação sobre o Projeto
392 Jequitai: Importância Ambiental e Econômica. O representante da CODEVASF salienta que desde 1948 há estudos
393 na região da bacia do Rio Jequitai e que este projeto foi considerado um dos mais viáveis em aproveitamento múltiplo
394 das águas na bacia do São Francisco. Mostra a localização da bacia do Rio Jequitai e a área de abrangência do
395 empreendimento. Informa que o Projeto tem como objetivo o uso múltiplo e racional das águas, o desenvolvimento
396 social e econômico da região, a irrigação de 35.000 hectares no vale do Jequitai, geração de energia elétrica,
397 regularização de vazões, controle de cheias, fomento do potencial para abastecimento público, ecoturismo, recreação
398 e lazer, piscicultura e outros usos e auxílio na revitalização da bacia do Rio São Francisco. Diz que desde a fase

399 inicial os estudos têm sido acompanhados pelos CBH's Jequitaiá-Pacuí, Verde Grande e por outros comitês de bacias
400 da região. Mostra as características físicas das barragens de concreto e dos outros componentes do
401 empreendimento. Explica que após a fase de implantação há previsão de que a vazão regularizada seja de 33,2m³/s.
402 Apresenta o cronograma de implantação e informa sobre os impactos sociais gerados pelo empreendimento. Afirma
403 que 276 imóveis foram cadastrados para desapropriação e realocação e apresenta a quantificação das áreas de
404 inundação, irrigação e de reserva legal. Informa que os estudos ambientais foram elaborados em 2004 e 2005 e
405 apresenta todo o rito do licenciamento do empreendimento. Destaca que a ANA concedeu certificado de
406 sustentabilidade hídrica e operacional à CODEVASF pela eficiência do Projeto e apresenta os programas e
407 subprogramas ambientais integrados a ele. Informa sobre o status das outorgas dos barramentos e os recursos
408 financeiros necessários para a conclusão da barragem Jequitaiá I. Ressalta que sem a implantação do
409 empreendimento, o desenvolvimento atual da região continuará num processo lento, com reduzidas perspectivas de
410 investimentos pela iniciativa privada, agravando as condições ambientais e sociais e dificultando que haja um ciclo de
411 desenvolvimento independente das intervenções do Estado. Finaliza destacando que os prognósticos a partir da
412 execução do projeto são positivos, já que, haverá melhoria na qualidade de vida da população considerando a criação
413 de novas oportunidades de emprego, diretos e indiretos e a diminuição no esvaziamento demográfico da região. Na
414 oportunidade, o conselheiro José Valter, solicita que o CBHSF envie uma moção à Secretaria de Estado de
415 Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à CODEVASF ressaltando a importância do Projeto Jequitaiá e solicitando um
416 maior apoio dos governos estadual e federal no que diz respeito à aprovação e alocação de recursos para esse
417 empreendimento. O vice-presidente do CBHSF sugere que o membro faça a minuta da moção para ser apreciada
418 pelo plenário ainda nesta reunião. Na sequência, Maciel Oliveira convida o Sr. Pedro Molinas, engenheiro hídrico e
419 parceiro de longa data do CBHSF, para uma rápida fala sobre a gestão e operação do Projeto de Integração do Rio
420 São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). Pedro Molinas apresenta uma linha do
421 tempo com os principais fatos relacionados ao PISF ao longo dos últimos governos e como o seu conselho gestor é
422 estruturado atualmente. Fala sobre o Decreto nº 5995/2006 que institui o PISF e dá outras providências,
423 contextualizando as principais diretrizes e obrigações contidas na regulamentação. Aponta os principais problemas de
424 gestão do PISF que segundo Molinas foi pensado de forma superdimensionada, sendo concebido para vazões muito
425 superiores às que escoarão normalmente, com limitações adicionais pelo alto custo do bombeamento. Aponta
426 também a falta de capacidade dos estados receptores de usufruírem do projeto, já que, os custos reais da operação
427 inviabilizam o uso onde a cobrança não esteja avançada. Afirma que o PISF é hoje uma obra inacabada na
428 perspectiva física devido à ausência de importantes ramais e também na perspectiva institucional devido a déficit de
429 uma melhor gestão e controle da obra, denunciando dessa forma a dificuldade de relacionamento entre o Poder
430 Público Federal e os estados receptores. Apresenta a situação de cada estado receptor, apontando as falhas e
431 deficiências da obra em cada um deles. Nesse sentido, faz algumas recomendações ao CBHSF 1) a defesa dos
432 interesses dos usuários da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, já que, as sub-bacias dos Rios Brígida, Terra
433 Nova, Pajeú e Moxotó vem recebendo escassa atenção por parte do empreendedor, o que vai em desacordo aos
434 compromissos firmado no EIA-RIMA e documentos apresentados ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos
435 (CNRH); 2) inequidade em matéria de rateio de custos para os usuários da Bacia Hidrográfica do São Francisco, haja
436 vista que a decisão da ANA em equalizar os preços da água fornecida nos diferentes portais das bacias receptoras
437 coloca os usuários das sub-bacias do Rio São Francisco numa situação que os prejudica economicamente, uma vez
438 que os custos para seu atendimento são muito menores que os requeridos para atender Ceará, Paraíba ou Agreste
439 Pernambucano e 3) repasse do controle dos reservatórios de Barra do Juá e Poço da Cruz à CODEVASF ou ao
440 Estado de Pernambuco para facilitar o acesso desses usuários às águas do PISF, uma vez que tem se observado
441 problemas de articulação com o DNOCS. Reitera que os pedidos não vem de uma pessoa com posicionamento
442 contrário ao Projeto de Integração, mas que se justificam diante das deficiências encontradas no estágio atual do
443 projeto. O presidente do CBHSF, Anivaldo de Miranda, ressaltava a importância de apreciar as considerações feitas por
444 Pedro Molinas e afirma que as recomendações serão encaminhadas à DIREC para que os três pontos sejam
445 trabalhados pelo grupo. Na sequência, Maciel Oliveira passa para a discussão da Deliberação que “Defere recurso da
446 Associação dos Produtores Rurais Irrigantes do Vale do Moxotó UNIVALE” que visa estabelecer que não haja
447 incidência da cobrança pelo uso de recursos hídricos na comunidade, haja vista a ausência de abastecimento no
448 local. Após discussão e sugestões de melhoria na redação, a Deliberação foi aprovada pelo plenário com 4
449 abstenções. Tal deliberação será encaminhada à ANA. Em seguida, Maciel Oliveira passa para o ponto de pauta da
450 discussão da deliberação que “Dispõe sobre as parcerias entre o CBHSF e as organizações da sociedade civil para a
451 consecução de finalidades de interesse comum”. O secretário da CTIL, Renato Scalco, contextualiza a Deliberação e
452 as motivações para sua elaboração. Destaca que esta Deliberação não interfere ou altera a Deliberação nº 97/2017
453 que trata da concepção dos projetos no âmbito do Comitê, isto é, as demandas de Projetos continuarão seguindo os
454 mesmos trâmites atuais por meio das CCR's e CT's. O membro do CBHSF, Deivid Oliveira, se diz preocupado com a
455 condução e a legalidade da proposta, uma vez que a Deliberação não foi apreciada previamente pela CTIL conforme

456 prevê o Artigo 27 do Regimento Interno do CBHSF em seu Inciso III. Nesse sentido, propõe que o texto seja
457 encaminhado a CTIL para análise para que depois possa ser votado em plenário. Na sequência, Flávia Simões da
458 Agência Nacional de Águas informa que o assunto chegou à ANA extraoficialmente justamente por não ser um ponto
459 de pauta. Diz que houve uma discussão preliminar internamente onde se decidiu encaminhar a Deliberação para
460 análise da Procuradoria Federal, já que, a Lei nº 10.881/2004 estabelece que só é possível repassar recursos
461 públicos para entidades privadas por meio dos contratos de gestão e, nesse caso, isso se faz possível por meio da
462 entidade delegatária. Reitera que a ANA tem regras próprias para os tipos de contratação e que, após a consulta
463 formal à Procuradoria Federal, será possível afirmar sobre a legalidade da proposta ou não, visto que não há a
464 certeza de que cabe ao Comitê fazer esse tipo de regramento. Após discussão e sugestões de melhoria na redação,
465 a Deliberação foi aprovada pelo plenário com 26 votos favoráveis e 4 abstenções. Devido o estender do horário e
466 ausência de quórum mínimo, a XXI Reunião Plenária Extraordinária do CBHSF foi adiada com a aprovação de todos
467 os presentes. Ato contínuo, Maciel Oliveira convida o Sr. Artur Monteiro, secretário executivo do CBH Tarumã-Açu,
468 para apresentação sobre “Experiência de Gestão Hídrica no Bioma Amazônico”. Este agradece o convite e inicia sua
469 apresentação mostrando dados dos aspectos físicos da bacia amazônica e da região metropolitana de Manaus/AM
470 (RMM). Apresenta o status da conservação de áreas protegidas e de desmatamento da RMM e as projeções para as
471 décadas seguintes. Contextualiza o Comitê e a bacia do rio Tarumã-Açu e apresenta os aspectos fisiográficos da
472 área abrangida por ele. Fala sobre as ações do Comitê em prol do fortalecimento da gestão participativa dos recursos
473 hídricos no Amazonas, sobretudo da Carta das Águas de Manaus. Finaliza apresentando a nova presidência do
474 Comitê e explana sobre o Termo de Referência para contratação da elaboração do Plano de Recursos Hídricos da
475 bacia do Rio Tarumã-Açu. Em seguida, Maciel Oliveira franqueia a palavra para Kilmara Ramos, assessora técnica do
476 IICA, que contextualiza a atuação do Instituto e as parcerias que já foram firmadas com diversas entidades como a
477 CODEVASF e o Ministério de Meio Ambiente. Fala sobre o interesse do IICA em estreitar relações com o CBHSF e
478 apresenta vídeo institucional. Agradece pelo espaço dado para o IICA e diz estar à disposição para esclarecimentos
479 adicionais. Na sequência, Maciel Oliveira informa sobre duas moções recebidas pela mesa diretora para aprovação
480 em plenária. Faz a leitura das duas moções que compreendem a recomendação ao Governo Federal através do
481 Ministério da Integração Nacional ou seu sucessor, apoio à continuidade do empreendimento “Projeto Hidroagrícola
482 do Jequitá”, com reinclusão de rubrica específica no orçamento da União e o Reconhecimento das atuações
483 ambientais e socioeconômicas do Sr. Dalton Soares Figueiredo e recomendação ao Ministro dos Transportes, ou seu
484 sucessor, para a sua permanência à frente da Administração Hidroviária do São Francisco. As Moções foram
485 aprovadas pelo plenário com 5 abstenções. Na oportunidade, o coordenador da CCR do Baixo São Francisco, Honey
486 Gama, informa sobre moções encabeçadas por esta CCR em agradecimento e reconhecimento das atuações da Sr^a
487 Ana Cristina da Silveira enquanto Diretora de Integração e do Sr. Alberto Simon Schwartzman enquanto Diretor
488 Técnico da Agência Peixe Vivo durante a permanência destes na instituição. As Moções foram aprovadas pelo
489 plenário com 1 voto contrário. Em seguida, Maciel Oliveira abre a palavra para escolha da cidade onde ocorrerá a
490 próxima plenária do CBHSF. As cidades Maceió/AL, Recife/PE e Brasília/DF foram sugeridas. Após votação, a cidade
491 de Brasília/DF foi eleita para sediar a próxima plenária do CBHSF, prevista para se realizar nos dias 16 e 17 de Maio
492 de 2019. Na sequência, o vice-presidente do CBHSF informa que um grupo de membros do Comitê irá realizar uma
493 expedição percorrendo as 59 cidades da calha do Rio São Francisco. Com a palavra, Almacks Silva, idealizador da
494 expedição, explica que será feito um trabalho visual/fotográfico chamado “Olhares do São Francisco” que terá início
495 na presente data. Explica que o objetivo é ter um olhar acerca das condições atuais do rio e realizar um levantamento
496 sobre a disposição final dos resíduos sólidos nessas cidades e das formas de captação e lançamento de efluentes.
497 Agradece a todos os parceiros envolvidos na expedição, sobretudo a Tanto Expresso pela parte gráfica e ao apoio
498 institucional da Agência Peixe Vivo e do CBHSF. Finaliza afirmando que o produto da expedição será levado
499 novamente às cidades ribeirinhas para ser apresentado à população. Ato contínuo, Maciel Oliveira solicita que a
500 exposição do produto também seja realizada na próxima plenária. Em seguida, Cícera Cabral informa sobre o projeto
501 que fora executado em atendimento às demandas de abastecimento do povo indígena Pankará e agradece aos
502 envolvidos que contribuíram para que o projeto se tornasse realidade. Ao final, Maciel Oliveira, agradece a presença
503 de todos e declara encerrada a XXXV Plenária Ordinária do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Anivaldo de Miranda Pinto
Presidente do CBHSF

Lessandro Gabriel da Costa
Secretário do CBHSF